

Auxílio emergencial: 3,9 milhões das classes A e B recebem os R\$ 600

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Levantamento mostra que 3,9 milhões de pessoas das classes A e B conseguiram sacar o auxílio emergencial. TCU aponta 8,1 milhões de pagamentos indevidos. O Brasil tem 17,1 milhões de famílias nas classes A e B. Integrantes de um terço delas pediram o auxílio emergencial de R\$ 600 (desenhado pelo governo para socorrer os mais necessitados diante da crise do novo coronavírus) e 69%, ou 3,9 milhões de pessoas de alta renda, embolsaram o dinheiro, segundo dados do Instituto. O que pode parecer um escândalo para os mais humildes que se aglomeram em filas para receber e aguardam meses a análise dos CPS se tornou prática corriqueira e sem culpa dos integrantes da parte de cima da pirâmide social. Renato Meirelles, fundador e presidente do Instituto Locomotiva, revela que eles acham que têm direito, “porque consideram que o dinheiro público não é de ninguém”. Do ponto de vista moral e ético também não acham errado e ainda comemoram pelas redes sociais. “Divulgam churrascos regados a cerveja ‘do auxílio emergencial’. Em momento algum pensam que tiram de quem precisa. O curioso é que todos eles dizem que são a favor do Estado mínimo e contra a corrupção”, destacou. As informações sobre fraudes no acesso ao auxílio emergencial vêm também do Tribunal de Contas da União. Relatório em análise pela Corte indica que os R\$ 600 podem ter sido pagos indevidamente a 8,1 milhões de brasileiros. De acordo com o TCU, o valor dos pagamentos indevidos pode chegar a R\$ 3,6 bilhões. O ministro Bruno Dantas, que é o relator da fiscalização no TCU, explicou que a falha foi possível porque, ao cruzar os dados dos brasileiros que pediram o benefício, a Dataprev e o Ministério da Cidadania checaram a renda declarada por esses trabalhadores através do Imposto de Renda, mas esqueceram de avaliar a situação dos seus dependentes junto à Receita Federal. “As denúncias não param de chegar ao meu gabinete e dão conta de que milhões de filhos da classe média alta, que são dependentes de pessoas que declararam o Imposto de Renda, estão recebendo o auxílio por falta desse cruzamento elementar”, revelou Dantas. Ontem à noite, o TCU aprovou um acórdão em que faz uma série de recomendações ao governo federal para aperfeiçoar a análise cadastral e dar mais transparência aos pagamentos do auxílio emergencial de R\$ 600. Entre outras providências, o TCU recomenda que o Ministério da Cidadania amplie a base de dados utilizada pela pasta e pela Dataprev para identificar quem tem direito ao benefício, e faça cruzamento de informações com outros bancos de informações, como os da Receita Federal. Além disso, recomendou que o Ministério da Cidadania e o Ministério da Economia trabalhem em conjunto para publicar um relatório mensal da execução do auxílio emergencial. FavelaA pesquisa do Instituto Locomotiva foi feita com 2.006 pessoas, em 72 cidades, em todos os estados da Federação, de 20 a 25 de maio. A sondagem levou em conta a renda mensal mínima por pessoa de R\$ 1.780 a R\$ 7.120 mensais para uma família de quatro integrantes (pouco abaixo da estimada pela FGV, a partir de R\$ 8.641). Meirelles lembrou que, embora a simulação aponte renda mínima familiar de pouco mais de R\$ 7 mil, a maioria, nesses casos, está na faixa salarial de R\$ 10 a R\$ 15 mil mensais. “Somente 2% dessas pessoas disseram que usaram o dinheiro para comprar comida, diferentemente do que constatamos em pesquisa feita nas favelas, onde a maioria que ganha o auxílio o divide com familiares, amigos e vizinhos, para que todos possam comer”, reforça Meirelles. Nas favelas, dois terços dos moradores pediram e 39% não conseguiram os R\$ 600. Segundo o fundador do Instituto, as aberrações são consequência, principalmente, da falta de cruzamento entre os diversos cadastros de dados do governo. A Controladoria-Geral da União também revelou que centenas de militares das Forças Armadas, jovens de classe média, esposas de empresários, servidores públicos aposentados e dependentes já fraudaram o frágil sistema público de tecnologia da informação. Pelos dados da CGU, mais de 160 mil benefícios podem ter sido obtidos de maneira irregular. O Ministério da Cidadania, responsável pelo

auxílio emergencial, esclareceu que aqueles que burlarem a legislação estão sujeitos a penalidades nas esferas cível e criminal. E informou que mantém acordos de cooperação técnica com o TCU e a Controladoria-Geral da União (CGU) para aperfeiçoar a fiscalização dos benefícios. A Dataprev, que faz o processamento dos cadastros, manifestou o compromisso de seguir as orientações do TCU.

